

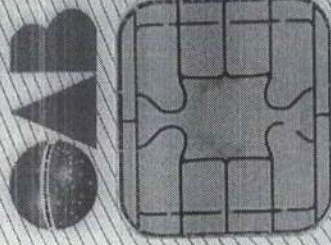
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16535730

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Ricardo Mendes Fontes



OBSERVAÇÕES



ORDENAMENTO DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO

FILIAÇÃO

CELIO MONTEIRO HONORATO
MARIA LUISA FIGUEIREDO MONTEIRO

NATURALIDADE

VILA VELHA-ES

RG

3.240.849-ES - PC ES

DATA DE NASCIMENTO

13/03/1994

CPE

144.232.187-39

VIA

01

EXPEDIDO EM

07/03/2020

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS
PRESIDENTE

442216

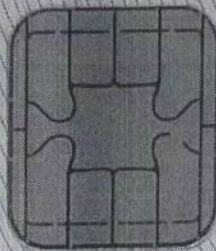
INSCRIÇÃO:



OS DOB

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16082080



ASSINATURA DO PORTADOR

Rafael Figueiredo V. Contar

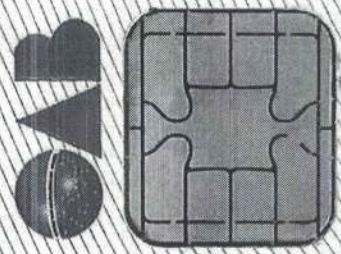
OBSERVAÇÕES



TEM QUE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16334342

OSDOB

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Ana Laura de Souza

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

ANA LAURA LOAYZA DA SILVA

INSCRIÇÃO: 448752

FILIAÇÃO

JORGE PAULO DA SILVA
FERNANDA MOSCA LOAYZA

NATURALIDADE

ARARAQUARA-SP

DATA DE NASCIMENTO

01/01/1995

RG

421215094 - SSPSP

CPF

407.288.328-01

VIA

01

EXPEDIDO EM

11/08/2020

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS
PRESIDENTE





Parecer jurídico – 2022

Processo n.º 010/2022

Pregão Presencial n.º 006/2022

Assunto: Impugnação edital pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, tendo em via o exigido no item 5.1.1

A impugnação ora analisada versa sobre a exigência do item 5.1.1 do edital: "*não será admitida taxa de administração de valor zero ou negativo*".

Não há vantagem econômica em obter-se taxa de administração 0% (zero por cento) ou negativa, quando os preços efetivos dos serviços a serem prestados – que representam a maior parte dos valores despendidos com a contratação – não forem objeto de licitação. Sendo desconhecidos, não há como se obter a garantia de que o novo modelo é o mais vantajoso para a Administração Pública.

As empresas privadas perseguem o lucro e, por evidente, se ofertam taxa de administração igual ou inferior a zero é porque auferem rendimentos que são cobrados da própria rede de estabelecimentos credenciados, ou porque embutem taxas extras nos preços finais orçados pelas oficinas credenciadas, ou ambas as hipóteses cumuladas, onerando, assim, o custo da contratação.

Percebe-se então, sob esse aspecto, que a taxa de administração igual ou inferior a 0% não significa, necessariamente, vantagem econômica para a Administração Pública.

O STJ já decidiu sobre o assunto no recurso especial 1840113, já mencionado na peça de impugnação, portanto ao nosso ver assiste razão o impugnante.

Neste sentido, somos do entendimento que o item 5.1.1 do edital deverá ser excluído, sem que se exija percentual mínimo zero ou negativo da taxa de administração.

A impugnação deverá ser julgada procedente, para excluir a vedação de ser ofertada taxa negativa, item 5.1.1 do edital.

É como entendemos a questão, s.m.j.

Frei Inocência, 07 de março de 2022.

Alexandre Salmen Espindola
OAB/MG 86.922



PREFEITURA DE FREI INOCÊNCIA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 16.945.990/0001-70



DECISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

TIPO: Menor taxa de administração

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de materiais de construção por meio de cartão magnético com chip, através de rede de estabelecimentos credenciados

Relevância: Impugnação ao Edital

Trata-se de impugnação ao edital realizado pela empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** que versa sobre a exigência do item 5.1.1 do edital: *“não será admitida taxa de administração de valor zero ou negativo”*.

Consoante parecer jurídico:

- O STJ já decidiu sobre o assunto no recurso especial 1840113, já mencionado na peça de impugnação, portanto, assiste razão a impugnante.
- Neste sentido, entende-se que o item 5.1.1 do edital deverá ser excluído, sem que se exija percentual mínimo zero ou negativo da taxa de administração.

Não há vantagem econômica em obter-se taxa de administração 0% (zero por cento) ou negativa, quando os preços efetivos dos produtos não são objeto da licitação.

As empresas privadas perseguem o lucro e, por evidente, se ofertam taxa de administração igual ou inferior a zero é porque auferem rendimentos que são cobrados da própria rede de estabelecimentos credenciados.

Percebe-se então, sob esse aspecto, que a taxa de administração igual ou inferior a 0% não significa, necessariamente, vantagem econômica para a Administração Pública.

ANTE AO EXPOSTO, JULGAMOS PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AVIADA PELA EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE MOTIVOS PARA ALTERAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL.

Registre-se e comunique aos interessados.

Frei Inocência/MG, 07 de março de 2022.

WESLEY GONCALVES
JARDIM:03449371606

Assinado de forma digital por WESLEY
GONCALVES JARDIM:03449371606
Dados: 2022.03.07 17:13:51 -03'00'

WESLEY GONÇALVES JARDIM
Pregoeiro



ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE FREI INOCÊNCIA-MG, TORNA PÚBLICO:

SUSPENSÃO DE JULGAMENTO do Processo Licitatório nº 010/2022 – Pregão Presencial nº 007/2022, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de materiais de construção por meio de cartão magnético com CHIP, através de rede de estabelecimentos credenciados, marcado para o dia 09/03/2022 às 15h00min, em razão do acolhimento de impugnação ao edital realizado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Compras e Licitações: (33) 3284-2686 / licitacao@freiinocencia.mg.gov.br

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE FREI INOCÊNCIA-MG, TORNA PÚBLICO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2022; Fornecedor: Eco Plast Comércio Ltda; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e utensílios domésticos; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023; Valor: R\$35.650,00. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2022; Fornecedor: Limpando Higiene e Limpeza Eireli; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e utensílios domésticos; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023; Valor: R\$55.368,00. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2022; Fornecedor: Supermercado Juju Eireli; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene e utensílios domésticos; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023; Valor: R\$431.412,00 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2022; Fornecedor: Comercial Cariacica Multimodal Ltda; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros de alimentação; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023; Valor: R\$77.000,00. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022; Fornecedor: Supermercado Juju Eireli; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros de alimentação; Vigência: 14/02/2022 a 14/02/2023; Valor: R\$249.236,00 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2022, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022.

Compras e Licitações: (33) 3284-2686 / licitacao@freiinocencia.mg.gov.br

MUNICIPIO DE FREI INOCENCIA:16945990000170

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE FREI
INOCENCIA:16945990000170
Dados: 2022.03.07 17:42:41 -03'00'

Assunto: **Re: 17371 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022 -
MUNICIPIO DE FREI INOCENCIO - MG**

De: <licitacao@freiinocencio.mg.gov.br>

Para: Rayza Monteiro <rayza.monteiro@primebeneficios.com.br>

Data: 07/03/2022 18:04



- Publicação Diário - 07-03-22 (Suspensão).pdf (~1.8 MB)
- DECISÃO - Impugnações ao Edital (ASSINADO).pdf (~292 KB)

Segue, em anexo, decisão aceda da impugnação ao edital.

Segue, ainda, publicação da suspensão do certame.

Atenciosamente,

Compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Frei Inocência/MG

Em 04/03/2022 09:34, Rayza Monteiro escreveu:

Prezados, bom dia.

Segue anexa impugnação ao edital de pregão presencial nº 006/2022, promovido por esta Prefeitura.

Nos termos do edital.

-

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento.

-

-

Cordialmente.



Antes de imprimir pense em sua responsabilidade social e compromisso com o meio ambiente.

Rayza Monteiro | Jurídico

Tel (19) 3518 7000 |

Rua Açu, 47 - Alphaville Empresarial

Campinas / SP - CEP 13098-335

www.primebeneficios.com.br

Assunto: **Fwd: SUSPENSÃO DE JULGAMENTO do Processo Licitatório nº 002/2022 – Pregão Presencial nº 001/2022**

De: <licitacao@freiinocencio.mg.gov.br>
Para: <compras@freiinocencio.mg.gov.br>, <cpl@freiinocencio.mg.gov.br>
<estevesbigcard@gmail.com>, <monica.prancic@primebeneficios.com.br>, <andre.fonseca@biqbeneficios.com.br>,
Cco: <leonardo.marcolino@primebeneficios.com.br>, <gabriella.mazza@biq.com.br>, <licitacao@cartaorealcard.com.br>, <bruna.jesus@bkbank.com.br>
Data: 07/03/2022 18:01



• 1 - PUBLICAÇÃO 067 - 07-03-22 (Aviso Suspensão - Extratos Fev-2022) - ASSINADO.pdf (~1.8 MB)

MUNICÍPIO DE FREI INOCÊNCIA-MG, TORNA PÚBLICO:

SUSPENSÃO DE JULGAMENTO do Processo Licitatório nº 010/2022 – Pregão Presencial nº 007/2022,

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de materiais de construção por meio de cartão magnético com CHIP, através de rede de estabelecimentos credenciados, marcado para o dia 09/03/2022 às 15h00min, em razão do acolhimento de impugnação ao edital realizado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Segue, em anexo, publicação da referida suspensão.

Atendiosamente

Adm. Wesley Gonçalves Jardim

Compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Frei Inocência/MG

Assunto: **Processo 1114661-Ofício 3335/2022-Sr. Wesley Gonçalves Jardim**

De: SILVANA LIMA BARRETO DE OLIVEIRA
<sbarreto@tce.mg.gov.br>
licitacao@freiinocencio.mg.gov.br

Para: <licitacao@freiinocencio.mg.gov.br>,
wesleyjardim@yahoo.com.br <wesleyjardim@yahoo.com.br>

Data: 08/03/2022 12:24



- Arquivo_2683494(2).pdf (~107 KB)
- Arquivo_2684318.pdf (~143 KB)
- Arquivo_2681133(1).pdf (~1.7 MB)

Prezado Senhor,

Seguem anexos o Ofício 3335/2022 da Secretaria da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como o Despacho do Relator dos autos de 1114661 e o relatório da Unidade Técnica, peça 1 dos autos eletrônicos, para conhecimento e providências cabíveis.

Informo – lhe, por oportuno, que este e-mail é utilizado **somente** para encaminhamento de ofícios e recebimento da respectiva confirmação, não estando apto a receber qualquer documentação externa (defesas, atendimento a diligências, petições).

Assim, os citados documentos deverão ser protocolizados pelo sistema e-TCE, e, em caso de impossibilidade técnica, enviados excepcionalmente para o e-mail protocolo@tce.mg.gov.br, relatando o motivo da impossibilidade para que possamos aprimorar nossos sistemas e procedimentos.

Maiores informações pelo telefone (31) 3348-2136.

Atenciosamente,

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL.



Silvana Lima Barreto De Oliveira

oficial de controle externo

secretaria da 2ª câmara

| www.tce.mg.gov.br



Antes de imprimir pense em seu compromisso com o Meio Ambiente e no comprometimento com a redução de custos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da 2ª Câmara



Ofício nº 3335/2022 – Secretaria 2ª Câmara

Belo Horizonte, 08 de março de 2022.

Prezado Senhor,

Nos termos do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Telmo Passareli, Relator dos autos nº 1114661 – **Denúncia**, comunico-lhe que foi determinada a **intimação** de V. Sa., para que, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente esclarecimentos acerca dos fatos denunciados e encaminhe cópia de toda a documentação relativa às fases interna e externa do edital do Pregão Presencial 06/2022, Processo Licitatório 10/2022.**

Cientifico-lhe que o não cumprimento da diligência ora determinada, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica deste Tribunal.

Informo-lhe que o referido processo é ELETRÔNICO, podendo ser consultado e acompanhado em tempo real por meio do sistema e-TCE, disponível no portal deste Tribunal na internet, e ainda que a defesa e demais documentos ou petições deverão ser subscritos por V. Sa. ou por procurador devidamente constituído, conforme *caput* do art. 164 da Resolução nº 12, de 2008 (RITCEMG), **assinados eletronicamente e protocolizados exclusivamente via e-TCE**, conforme determina o §2º do art. 2º da Portaria n.º 17/Pres./2021, dispensado o envio pelos Correios, por e-mail ou outros meios, respeitado o tamanho máximo de 20MB por arquivo eletrônico que vier a ser encaminhado.

Por fim, caso haja dificuldade técnica para acessar o processo pelo sistema e-TCE, poderá ser utilizada, alternativamente, a ferramenta **Vista Eletrônica de Processos**, disponível no mesmo local citado acima, informando a chave de acesso única gerada para este ofício: **666073773**.

Atenciosamente,

Alexandre Pires de Lima
Diretor
(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

Ao Senhor
Wesley Gonçalves Jardim
Pregoeiro do Município de Frei Inocência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Telmo Passareli



Processo: 1114661
Natureza: Denúncia
Denunciante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Jurisdicionado: Município de Frei Inocência

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, apresentada por Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., acerca da ocorrência de possíveis irregularidades no edital do Pregão Presencial 06/2022, Processo Licitatório 10/2022, deflagrado pelo Município de Frei Inocência, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento do fornecimento de materiais de construção por meio de cartão magnético com chip. O julgamento das propostas foi designado para o dia 09/03/2022, às 15h.

O denunciante se insurge, em suma, contra o fato de o edital do certame proibir a admissão de taxa de administração de valor zero ou negativa.

Protocolizada em 04/03/2022, a denúncia foi recebida por despacho do Conselheiro-Presidente (peça 5) e distribuída à minha relatoria na presente data (peça 6).

De início, antes de me manifestar acerca do pedido liminar, entendo necessária a oitiva da entidade licitante, como medida de instrução processual, para que os responsáveis pelo certame se manifestem sobre os fatos apontados pelo denunciante.

Assim, encaminho o feito à **Secretaria da Segunda Câmara**, a fim de que seja intimado, com urgência e por e-mail, o Sr. Wesley Gonçalves Jardim, Pregoeiro e subscritor do edital, para que, no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, apresente esclarecimentos acerca dos fatos denunciados e encaminhe cópia de toda a documentação relativa às fases interna e externa do certame.

Com a intimação, cópia da petição inicial da denúncia (peça 1) deverá ser disponibilizada ao responsável, o qual deverá ser advertido de que o não cumprimento da diligência ora determinada, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal, e que, em razão das medidas adotadas pelo Tribunal para enfrentamento da emergência de saúde pública causada por coronavírus, as petições e demais documentos referentes a este processo deverão ser protocolizados exclusivamente via e-TCE, conforme determina o art. 2º, § 2º, da Portaria 17/Pres./2021.

Ao final, juntada a documentação encaminhada ou transcorrido o prazo sem manifestação, retornem-me os autos, com urgência.

Belo Horizonte, 7 de março de 2022.

TELMO PASSARELI
Relator

LAP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URGENTE

DATA LICITAÇÃO - 09/03/2022

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,
inscrita no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, sediada na Calçada Canopo, 11 - Sala 03 -
Alphaville Empresarial - Santana do Parnaíba/SP - CEP: 06.541-078 - e-mail:
licitacao@primebeneficios.com.br - telefone: (19) 3518.7021, vem, através de seu
procurador subscrito *in fine*, apresentar:

REPRESENTAÇÃO DE ILEGALIDADE EM EDITAL COM PEDIDO LIMINAR

com supedâneo na Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como
disposições legais contidas na Constituição Federal, em face das veementes
irregularidades e ilegalidades verificadas no procedimento licitatório, a ser realizado pelo
MUNICÍPIO DE FREI INOCÊNCIO/MG, CNPJ n.º 18.945.990/0001-70, com sede na Av.
Dr. João Souza Lima, n.º 731 - Centro, Frei Inocência - MG, consoante motivos fáticos e
jurídicos a seguir expostos:

RAZÕES DE REPRESENTAÇÃO DE EDITAL COM PEDIDO CAUTELAR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS."

DIGNÍSSIMO CONSELHEIRO,

Não obstante o apreço e imensurável respeito que temos pelos servidores públicos responsáveis pela licitação em tela, principalmente ao subscritor do edital de convocação, o procedimento não merece prosperar, vez que eivado de vício insanável que viola a legislação vigente.

I - DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM

A Representante é uma empresa que exerce a atividade de emissão de vales e gerenciamento de frota por meio de cartões magnéticos ou microprocessados, consoante contrato social anexo, tendo como clientes o Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Correios, inúmeras Prefeituras, Ministério Público do Trabalho, etc.

Desta forma, como o procedimento licitatório é propriamente para Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de **GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, conforme especificações constantes no edital, resta evidente o real interesse da Representante, principalmente que tais irregularidades editalícias sejam sanadas.

II - DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas é o órgão fiscalizador auxiliar e tem, sim, entre suas atribuições verificar a eficiência, economicidade, legitimidade e, sobretudo, a legalidade na aplicação e gestão dos recursos públicos.

Portanto, dentro destas maravilhosas premissas a Representante guarda a ponderação de que a irregularidade a seguir relatada será sanada e aos responsáveis serão aplicadas as sanções cabíveis.

E, o mais importante, no caso de o certame ainda não ter sido finalizado, seja o mesmo suspenso até análise de mérito, porém, na hipótese de ter ocorrido seja suspensão a assinatura do contrato.

III - SÍNTESE DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO

O edital tem por objeto, em linhas diretas, a **contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento do fornecimento de materiais de construção**, sendo disponibilizado um sistema tecnológico, via web, para realização deste gerenciamento, disponibilizando uma ampla rede de estabelecimentos credenciados para realização dos serviços.

Para melhor compreender os serviços de Gerenciamento do Fornecimento de Materiais de Construção, estes amoldam-se a chamada quarteirização das atividades, a qual se apresenta na evolução da já conhecida terceirização, tendo se desenvolvido e consolidado no Setor Privado nos últimos anos, passando a ser adotado mais recentemente pela Administração Pública na busca por maior eficiência na gestão dos serviços.

O novo modelo se propõe a modernizar os mecanismos de gestão pública, por meio da transferência de ações da Administração a particulares que se desdobram em dois níveis: o da gerência da prestação e o da execução da prestação.

Em síntese, na quarteirização a Administração contrata empresa especializada que disponibiliza sistema de gerenciamento para a execução dos serviços (gerenciamento do fornecimento de materiais de construção), os quais serão realizados pela rede de estabelecimentos conveniados.

Esse modelo diferencia-se do modelo de terceirização, pela existência da empresa gestora, que atua como intermediadora das relações entre Administração e rede credenciada.

Noutras palavras, a empresa gestora é, também, uma intermediadora dos pagamentos pela prestação dos serviços. Como disposto no quadro acima, ela está no meio da relação que, por imposição contratual, sem a sua presença não existiria.

A atividade de gerenciamento tem como elemento marcante a INTERMEDIACÃO; ao invés da aquisição direta de mercadorias ou serviços, a Administração Pública contratante se utilizará da intermediação de uma Gerenciadora para:

- i. Gerenciar a prestação dos serviços (fornecimento de materiais de construção) por meio de sistema informatizado;
- ii. Credenciar estabelecimentos para que realizem os serviços e/ou forneçam produtos, sendo as transações realizadas por meio de cartões; e,
- iii. Realizar o repasse dos valores aos estabelecimentos

Além da prestação do serviço de gestão propriamente dita, trata-se da disponibilização de um meio de pagamento, o qual é colocado à disposição da Contratante para que essa adquira produtos e realize serviços, conforme sua necessidade.

Em alguns casos, a Administração consegue zerar ou até mesmo obter desconto sobre os valores transacionados, o que gera uma grande economia aos cofres

públicos, pois, além de não pagar pelos serviços de gerenciamento (utilização do software via web), ainda obtém desconto sobre o valor dos serviços utilizados.

Em suma, no gerenciamento de frota, através de sistema via web, a Administração receberá um desconto (taxa negativa) pela empresa gestora que coloca à disposição da Contratante um “leque” de estabelecimentos para realização dos serviços.

IV - DOS FATOS E DAS RAZÕES

Está prevista para o dia 09/03/2022 as 15:00 horas, a abertura do Pregão Presencial nº 006/2022, para o seguinte objeto:

“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS;”

Em detida análise ao edital contactou-se **irregularidade insanável**, a qual macula de forma cabal os Princípios norteadores da licitação, fazendo com que recaia sobre o processo uma nulidade absoluta, pois restringe a participação de potenciais licitantes, frustrando os princípios da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

Pondera-se que, no tocante a eventual negativa de oferta de taxa negativa (desconto), o TCU possui sólida jurisprudência de que deve ser aceito nos editais para este objeto (gerenciamento de frota).

Sendo assim, serve a presente para demonstrar a ilegalidade que pode afastar licitantes e frustrar o caráter competitivo do certame, e consequentemente não selecionar a proposta mais vantajosa para Administração.

V - DA TAXA ADMINISTRATIVA

Conforme se compreende da análise do supracitado edital, a Administração indica de forma clara a VEDAÇÃO de ofertas/lances com taxas negativas. Observe:

5. DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A proposta deverá ser apresentada conforme o Anexo II – Modelo de proposta / Especificação e quantitativo, em uma via, processada em computador, com identificação da empresa proponente, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, dela constando obrigatoriamente:

- a) A especificação do serviço ofertado;
- b) O valor percentual da taxa de administração, com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- c) O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.1.1. Não será admitida taxa de administração de valor zero ou negativa.

De plano é possível constatar a ilegalidade de fixar taxa mínima, fato completamente vedado pela lei de licitação, a qual, através das disposições contidas no art. 40, inciso X, também veda a fixação de valores de preços mínimos:

Art. 40. O edital conterá, no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

Neste sentido, o TCU, no Acórdão 818-09/08-2, entendeu que fixar desconto máximo (taxa 0%) equivale a fixação de preço mínimo, o que é vedado pela norma supramencionada, veja-se:

GRUPO II – CLASSE VI – 2ª Câmara. TC 012.787/2006-2 (com 1 volume). Natureza: Representação. Unidade Jurisdicionada: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão – Incra/MA. Interessado: Instituto Pobres Servos da Divina Providência (CNPJ 92.726.819/0012-01).

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. MAIOR DESCONTO. POSSIBILIDADE. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA PARCIALMENTE ACOLHIDAS. DETERMINAÇÕES.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pelo Instituto Pobres Servos da Divina Providência, com base no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, apontando supostas irregularidades no pregão eletrônico 01/2006, realizado pelo Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão – Incra/MA, objetivando a contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da entidade, com fornecimento de peças e acessórios com garantia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acatar em parte as razões de justificativa apresentadas por Raimundo Monteiro dos Santos, Leonísio Lopes da Silva Filho e Rodrigo Soares de Vasconcelos;

9.3. determinar ao Incra/MA que:

9.3.1. nas contratações destinadas à manutenção de veículos em que o menor preço for aferido pelo critério de maior desconto incidente sobre tabelas de preço predefinidas, abstenha-se de:

9.3.1.1. conceder reajustes pleiteados com base em eventual aumento de salário, salvo se decorrido prazo mínimo de um ano contado a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta;

9.3.1.2. estipular percentuais de desconto máximo, haja vista caracterizar fixação de preços mínimos, o que é vedado pelo art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;

9.3.2. calcule o valor a ser gasto com cada item licitado, ainda que por estimativa, abstenha-se de realizar alterações em preços unitários com o simples objetivo de viabilizar a emissão de nota de empenho;

9.3.3. desclassifique, nas licitações, as propostas com preços manifestamente inexequíveis, de acordo com o disposto no art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.3.4. apresente em seus editais de licitação, como critério para julgamento, disposições claras e parâmetros objetivos, que impeçam mais de uma interpretação, em respeito ao art. 40, inciso VII, da Lei 8.666/1993;

9.3.5. dê ampla publicidade a qualquer modificação feita em editais de pregão que altere a formulação das propostas, consoante disposição do art. 20 do Decreto 5.450/2005;

9.3.6. elabore e disponibilize orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários dos serviços a serem licitados, com base nos preços de mercado, conforme determina o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.3.7. mantenha os processos administrativos licitatórios com a documentação em ordem e sem rasuras que comprometam sua fidedignidade;

9.3.8. obedeça à correta classificação orçamentária das despesas realizadas;